



**Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa,
Descentralização e Poder Local**

ATA NÚMERO 107/XIV/ 3.ª SL

Aos 07 dias do mês de outubro de 2021, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

[Formato misto (presencial + videoconferência)]

Audição no âmbito da [Petição n.º 250/XIV/2.ª](#), da iniciativa de José Bruno Teixeira Alves - «Os enfermeiros com contrato individual de trabalho (CIT) solicitam igualdade em relação aos que têm contrato de funções públicas»

Relatora: Deputada Márcia Passos (PSD)

A Senhora Deputada Márcia Passos (PSD), relatora da petição supra identificada, começou por cumprimentar o peticionário, o enfermeiro José Bruno Teixeira Alves, explicou a metodologia adotada para aquela audição, em formato misto – presencial e por videoconferência -, e deu-lhe a palavra para uma intervenção inicial.

O peticionário Bruno Alves começou por agradecer a oportunidade de participar naquela audição. Referiu que os enfermeiros sempre disseram «presente», e que importa acabar com a discriminação inter e intra classes de que os enfermeiros CIT são alvo em Portugal.

Lembrou que, atualmente, um enfermeiro CIT com 18 anos de profissão continua a ganhar o mesmo que um enfermeiro com um mês de experiência de profissão: 950 euros líquidos, apesar de ter a especialidade em 2018 (e recibo de vencimento a indicar que é especialista), ser pós-graduado, ter mestrado e doutoramento pela faculdade de Medicina.



**Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa,
Descentralização e Poder Local**

ATA NÚMERO 107/XIV/ 3.ª SL

Tem direito a menos dias de férias por cada 10 anos e está impedido de concorrer a cargos da Administração Pública (ex. municípios). Um enfermeiro funcionário público em fim de carreira no mesmo serviço de um enfermeiro CIT irá para a reforma no último nível remuneratório, enquanto que um enfermeiro CIT com 18 anos de experiência profissional está no primeiro. Como é que, sendo precisos mais de 100 anos, chega ao último nível remuneratório?

Os enfermeiros não compreendem por que razão isto sucede e pedem: justiça, equidade e (aquilo que se designa por) dignidade.

Intervieram de seguida as Deputadas Alexandra Tavares de Moura (PS), Márcia Passos (PSD) e Paula Santos (PCP).

A Senhora Deputada Alexandra Tavares e Moura (PS), depois de endereçar cumprimentos aos presentes, disse que as questões trazidas não são novas e têm a ver com as diferenças contratuais entre enfermeiros com contrato individual de trabalho e enfermeiros com contrato em funções públicas, o que também sucede noutras carreiras.

É facto que os profissionais de saúde disseram «presente» durante a pandemia, mas mal seria que assim não fosse e manifestou o seu reconhecimento pelo importante papel desempenhado por estes profissionais.

Referiu que o Grupo Parlamentar do PS apoia o enorme investimento realizado nos últimos anos pelo Governo nesta área e questionou se os enfermeiros não consideraram positivo o alargamento da ADSE verificado no ano em curso.

A Senhora Deputada Márcia Passos (PSD) saudou aquela iniciativa de cidadania e disse ser inquestionável que os enfermeiros desempenham um serviço público muito importante e imprescindível para o país. Assentiu que a questão trazida é preocupante, discriminatória e merece a atenção do seu Grupo Parlamentar.



**Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa,
Descentralização e Poder Local**

ATA NÚMERO 107/XIV/ 3.ª SL

Quis saber se os petiçãoários contactaram alguma vez o Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública, muito embora, na sequência de ofício enviado à Senhora Ministra, pela mesma tenha sido dito que a matéria em causa é tutelada pelos Ministérios da Saúde e das Finanças.

Confirmou que as questões discriminatórias referidas não podem continuar a acontecer na mesma profissão entre enfermeiros CIT e enfermeiros com contrato de trabalho em funções públicas, razão pela qual o GP do PSD continuará a acompanhar a situação.

A Senhora Deputada Paula Santos (PCP) cumprimentou todos os subscritores da petição que coloca um problema estrutural que afeta vários profissionais de saúde e várias unidades de saúde, em particular as entidades EPE. Constatou que a discriminação entre trabalhadores com contrato de trabalho individual e com contrato de trabalho é gritante e que ao longo de muitos anos estas desigualdades em nada têm conduzido para reforçar direitos, senão o contrário.

O GP do PCP nunca acompanhou esta modalidade contratual nos serviços públicos; entende que todos os enfermeiros que desempenham funções nos hospitais públicos devem ter um vínculo público efetivo e devem ver todos os seus direitos reconhecidos. É nesse sentido que têm intervindo. O GP do PCP defende designadamente que, quanto ao tempo de serviço, a contagem deve ser igual para todos, e tem apresentado várias propostas legislativas, que têm sido rejeitadas pelo PS, PSD e CDS-PP, mas não vão desistir.

Endereçou uma saudação muito especial a todos os profissionais de saúde e sobretudo aos enfermeiros, cujo empenho e dedicação foi determinante no processo de vacinação levada a cabo.

A final, interveio de novo o petiçãoário Bruno Alves. Disse que os enfermeiros não estão motivados nem contentes. Informou que há vários anos que procuram que a situação seja corrigida. Diligenciaram junto do Primeiro-Ministro, do Ministro das Finanças e da



**Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa,
Descentralização e Poder Local**

ATA NÚMERO 107/XIV/ 3.ª SL


Ministra da Saúde, que disse que o assunto estava em análise. Concluiu pedindo ao Parlamento que haja.

A Senhora Deputada Márcia Passos (PSD) agradeceu os contributos dados e informou que oportunamente seria informado da tramitação subsequente.

A audição foi gravada em suporte [áudio](#) e [vídeo](#), pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

A reunião foi encerrada às 14:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 outubro 2021.

RP A DEPUTADA RELATORA

(MÁRCIA PASSOS)



**Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa,
Descentralização e Poder Local**

ATA NÚMERO 107/XIV/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos (PS)
Fernando Paulo Ferreira (PS)
João Azevedo (PS)
Palmira Maciel (PS)
Isaura Morais (PSD)
Paula Santos (PCP)
Alexandra Tavares De Moura (PS)